

Mudanças no Cruzado atingem setor público

JORNAL DO BRASIL

Brasília — As mudanças no Plano Cruzado vão atingir o setor público, com a redução de gastos do governo. Haverá cortes nas despesas diretas, redução de incentivos fiscais e de subsídios — principalmente trigo. Além disso, na área privada, o governo vai estimular a poupança, com a criação de novos mecanismos e assim, tentar reduzir a pressão de consumo causada pelo aumento dos salários, sem necessidade de aumento de impostos.

— Agora é fundamental que o Estado dê sua contribuição ao Plano Cruzado, controlando melhor seus gastos — afirmou o secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo.

Ainda não existe data marcada para as correções no Plano, mas Belluzzo garante que elas serão orientadas pela contribuição do setor público. Ele considera que as mudanças fiscais ficarão restritas aos cortes de subsídios e incentivos.

Embora o secretário do ministro Dilson Funaro nada afirme sobre descongelamento, sabe-se que haverá também um realinhamento de diversos preços dentro da economia. O leite, por exemplo, deve receber um bom preço, para compensar o fim do subsídio ao produtor, marcado para 30 de novembro. Contudo os insumos básicos mais importantes na formação dos preços, como aço, petróleo e energia elétrica não terão reajustes porque isto arrasaria a matriz de custos de toda a economia.

O equilíbrio das contas públicas, defendido pelo assessor do Ministério da Fazenda, depende de um estudo detalhado do orçamento para determinar onde haverá cortes. Na área de subsídios, o produtor de trigo, que recebe 241 dólares pela tonelada de seu produto — enquan-

to o custo do importado da Argentina, por exemplo, fica em torno de 100 dólares — será o principal atingido. Atualmente, o subsídio concedido pelo governo beneficia ao triticicultor brasileiro e o custo deste incentivo à produção nacional está sendo questionado pelo governo.

A diferença entre o preço pago ao produtor pelo governo — que detém o monopólio do comércio de trigo — e o valor de vendas aos moinhos custará Cz\$ 22 bilhões ao tesouro nacional em '86. Este número convenceu a equipe econômica do Ministério da Fazenda de que o custo da produção nacional é excessivo e a estrutura da lavoura brasileira precisa ser revista.

Os incentivos fiscais — especialmente na área de reflorestamento e pesca — representam uma perda de Cz\$ 25 bilhões ao tesouro. A construção destes gastos determinou a necessidade de uma rigorosa revisão, porque o governo não admite manter esta sangria nos seus cofres. Segundo Belluzzo, ainda não há uma definição de valores ou do detalhamento dos cortes na área de incentivos fiscais, mas já existe a decisão de reduzir uma boa parcela destas despesas.

O assessor do ministro Dilson Funaro acredita que a questão do déficit público não será resolvida pelo aumento da receita, através de maior tributação. Segundo ele, historicamente, os ganhos que o Estado obtém com aumento na carga fiscal são absorvidos pelo crescimento de gastos. É nesta constatação que está a certeza de Belluzzo de que o caminho para o sucesso do Plano Cruzado passa pelo ajuste nos gastos e não pelo aumento da receita.

De posse de um levantamento da arrecadação tributária até o fim do ano, o secretário confia que a receita aumentou em valor suficien-

te para reduzir o déficit público, fazendo cair a necessidade de emissão de títulos da dívida. A previsão da receita federal para 1986 era de arrecadar Cz\$ 280 bilhões, mas o crescimento da economia depois do cruzado e o pacote fiscal de dezembro passado devem elevar a arrecadação para Cz\$ 410 bilhões. Belluzzo garante que, com este valor, não haverá necessidade de emitir Cz\$ 30 bilhões em títulos nos três últimos meses do ano, conforme previsão da Secretaria do Tesouro, para cobrir gastos do governo.

Se há necessidade de aumentar impostos para cobrir gastos públicos, esta poderia ser uma opção para reduzir o consumo. Mais impostos ou até mesmo compulsórios reduzem o dinheiro em poder do público e, conseqüentemente, a capacidade de compra das pessoas, que aumentou mais do que o esperado pelos criadores do Plano Cruzado.

Belluzzo garante, no entanto, que o governo prefere incentivar a poupança, evitando "soluções compulsórias que causam sobressaltos". Para isso, é necessário que o rendimento das aplicações financeiras seja mais atraente, mas ao mesmo tempo uma elevação nas taxas de juros poderia provocar uma nova corrida para a especulação financeira. A assessoria econômica do Ministério da Fazenda confia que o equilíbrio para manter o dinheiro longe do consumo e da especulação, mas aplicado na atividade produtiva, será atingido através da separação dos diversos segmentos do mercado financeiro.

A construção civil necessita de investimentos para atender à recente explosão de demanda por imóveis residenciais e então seria a hora de criar mecanismos de atração para a caderneta de poupança.



Beluzzo acha que agora o Estado deve dar sua contribuição

Arquivo